



GRIP INFORMA

BOLETIM DO GABINETE DE REGISTO E INFORMAÇÃO PÚBLICA

EDIÇÃO n.º 9 / DEZEMBRO de 2018

Nesta edição:

ANP-STP promove workshop sobre estudo de impacto ambiental no sector petrolífero da ZEE

Crise energética deverá ser objecto de investigação (pág. 1 e 3)

G.R.I.P tem novo Administrador (pág.2)

Estatutos do G.R.I.P. uma Resolução aprovada pela Assembleia Nacional (pág.3)

O projecto eGRIP no centro do encontro entre o novo administrados e os ex-presidentes das Câmaras de Mé-Zóchi e Água Grande (pág.4)

G.R.I.P mostrou interesse em fazer parte do Conselho Ministerial Conjunto (pág.4 e 5)

Guiné—equatorial interessada na criação de uma empresa mista com STP para exploração conjunta de petróleo na área fronteiriça (pág.5)

Humanity First Deutschland apoia G.R.I.P com computadores (pag.6)

Tchiloli poderá ser candidato ao património mundial (pag.6-7)

O petróleo poderá atingir os 100 dólares por barril em 2019 (pág.7)

ANP-STP promove workshop sobre estudo de impacto ambiental no sector petrolífero da ZEE

A petrolífera portuguesa Galp e a americana Kosmos Energy apresentaram recentemente os estudos de impacto ambiental, social e saúde sobre os quatro blocos de petróleo da Zona Económica Exclusiva de São Tomé e Príncipe que vão ser perfurados em 2019.

Estes estudos abrangem os blocos 5, 6, 11 e 12. Três pertencem a Kosmos e um da Galp.

A finalidade do ateliê foi recolher contribuições para a melhoria dos estudos sobre os referidos Blocos, onde começarão a ser feitas perfurações em finais de 2019. Os cálculos da Agência Nacional de Petróleo apontam para a conclusão de todo o trabalho em três anos.

Se tudo correr de acordo com a expectativa das autoridades nacionais, São Tomé e Príncipe poderá começar a produzir petróleo em quantidade



comercial dentro de aproximadamente quatro anos.

Entretanto, em 2018, a Agência Nacional de Petróleo deu “passos bastante significativos” no estabelecimento de contratos de partilhas de produção com empresas de renome internacional em oito blocos na ZEE: 2, 3, 5, 6, 10, 11, 12 e 13.

Está ainda prevista para

breve, a assinatura de contratos de partilha de produção para o Bloco 1; com o consórcio Total/Sonangol, e o 4, com a ERHC.

Por isso, o Diretor-geral da ANP-STP, Orlando Pontes, considera que a atual etapa de desenvolvimento das atividades petrolíferas na Zona Económica Exclusiva, coloca aos diferentes setores desta agência um “volume de trabalho considerável” 🌿

Crise energética deverá ser objecto de investigação

A crise energética, que afetou o país durante todo o ano de 2018, e que agravou no segundo semestre, deverá ser objeto de investigação. A sociedade civil organizou uma petição com este objetivo, que foi entregue no Ministério Público.

O Presidente da República pronunciou-se igualmente neste sentido, na sessão constitutiva da XI Legislatura.

«Não obstante as sucessivas explicações sobre suas eventuais causas, parece-me sensato e conveniente que seja encara a possibilidade de abertura de um processo de inquérito para o apuramento cabal dos factos», disse Evaristo Carvalho.

Dias depois o presidente do MLSTP/PSD, Jorge Bom Jesus, na qualidade de deputado, defendeu a criação de uma comissão de

inquérito parlamentar com objetivo idêntico.

O último Conselho de Ministros do XVI Governo, presidido pelo primeiro-ministro Patrice Trovoada, sintetizando declarações anteriores, nomeadamente do titular da pasta, Carlos Vila Nova, justificou a crise energética com a “combinação da deficiência do programa de manutenção e actos de manifesta sabotagem”.

G.R.I.P. tem novo Administrador

Tenho a prezada honra de me apresentar como o novo Administrador do Gabinete de Registo e Informação Pública (G.R.I.P), cuja minha tomada de posse foi na Assembleia Nacional presidida por Sua excelência o Presidente do referido órgão de soberania, o senhor Engenheiro José da Graça Diogo no dia 22 de Dezembro de 2017.

No que concerne às minhas qualificações, sou Engenheiro - Geólogo de Minas de Petróleo e Gás, pós - graduação em Operações Petrolíferas em Petrad no Reino da Noruega e Mestre em Geologia de Petróleo respectivamente no Instituto Petroquímico de Moscovo, denominado Nikolai Ivanovich Gubkin-Moscovo.

Durante 12 anos, isto é de 2005 a 2017, fui Geólogo sénior, técnico superior da Agência Nacional de Petróleo de São Tomé e Príncipe até 2011 e posteriormente, Técnico superior especializado de 2º nível. Exerci o cargo de Director Técnico da Agência Nacional de Petróleo de 2008 a 2013.

Pois, como rezam as regras da vida humana, todo o homem deve ser ambicioso e neste contexto houve uma série de condicionantes, quer técnicos e pessoais que me levaram a trilhar novos caminhos, procurando novas informações e compartilhar outros horizontes científicos.

Assim, em 2013 procurei desvendar novas conjunções, participando no concurso de uma vaga do cargo de Administrador do Gabinete de Registo e Informação Pública (G.R.I.P), mas por razões conjunturais não foi possível ser eleito naquele momento. Pois, para mim cada dificuldade proporciona uma oportunidade e eis que em 2017 concorri e a conjuntura favoreceu a minha eleição ao cargo do Administrador do G.R.I.P.

O Gabinete de Registo e Informação Pública foi criado na base da Lei 11/2007, cujos objectivos gerais e específicos estão na adjunção de um instrumento legal que, de modo sistémico reúne princípios fundamentais do regime jurídico do acesso do público à informação.

Com o início das actividades de pesquisa, exploração do petróleo e gás em São Tomé e Príncipe, necessário se torna a adopção de regras e medidas

que garantem a mais ampla transparência e publicidade relativamente a todos os actos e documentos relacionados com o exercício da actividade petrolífera, e que possam constituir uma exigência proposta pela Lei nº 08/2004 (Lei Quadro das Receitas Petrolíferas).

A consagração legislativa do princípio da transparência e publicidade no âmbito global da Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas impõe que seja dada a devida relevância aos aspectos relativos à instalação e funcionamento do Gabinete de Registo e Informação Pública.



A Lei nº11/2007 que guia o G.R.I.P foi consagrada na altura em que as actividades de pesquisas e exploração dos hidrocarbonetos estavam concentradas na zona de Desenvolvimento Conjunta na base do Tratado entre a República Federativa da Nigéria e a República Democrática de São Tomé e Príncipe. Decorridos 11 anos da existência do G.R.I.P, abriu-se uma nova etapa de desenvolvimento de acções e actividades de Pesquisas e Exploração de Petróleo e Gás natural na Zona Económica Exclusiva (ZEE) de São Tomé e Príncipe, cujo primeiro leilão dos blocos foi lançado em 2010.

A partir de 2013, começa a assinatura de contratos de partilha e de produção na ZEE, em que foram leiloados até 2018, os blocos 02, 03, 05, 06, 10, 11, 12 e 13, para as empresas Oranto Energy Ld, SINOANGOL, Kosmos, GALP, e o consórcio da Kosmos/ BP, aumentando de forma significativa as actividades no domínio petrolífero.

Assim sendo, torna-se necessário adequá-lo ao momento atual, em que a

transparência e a publicidade constituem dois pilares que garantem a sustentabilidade do desenvolvimento em prol das gerações futuras. Pois a má utilização e gestão das receitas petrolíferas em muitas regiões do nosso planeta, tem constituído um handicap ao desenvolvimento socioeconómico, provocando conflitos étnicos e bélicos que não propiciam a segurança das populações em vários cantos do mundo.

A República Democrática de São Tomé e Príncipe foi criando, desde o início, estes documentos jurídicos para que as gerações futuras não sejam sacrificadas.

Na nossa perspectiva, o G.R.I.P, ao longo destes 11 anos, executou as suas acções de acordo com as normas vigentes. Volvido mais de uma década, necessário se torna adequá-lo à conjuntura do momento para que esta instituição possa dar resposta a todas as acções preconizadas, em prol da transparência e publicidade relativamente a todos os actos e documentos relacionados com o exercício das actividades petrolíferas no nosso solo pátrio.

As normas jurídicas do Estatuto do G.R.I.P criadas na base do projecto de Lei nº 15/VIII/2018 tornaram-se incompatíveis e é de todo o interesse a criação de uma instituição mais adaptada às normas legais, para podermos executar com zelo e dedicação todas as actividades, em prol dos nossos objetivos.

Ao finalizar, aproprio-me de uma frase do eminente cientista **Albert Einstein** **“O homem faz o que quer, mas ele não quer o que quer”**.

Baseando-me nestes desígnios, gostaria de reforçar que nem tudo depende de nós, visto que existem outras forças que nos sobrepõem, e por isso nem sempre conseguimos executar os nossos objectivos sozinhos, mas sim com ajuda de todos





Crise energética deverá ser objecto de investigação

ocorra da melhor maneira”, disse o governante.

Bom Jesus subscreveu a posição do presidente da República, Evaristo Carvalho, para garantir que vai avançar com um inquérito à gestão da EMAE.

«À semelhança daquilo que o presidente da República exigiu e eu alinho no mesmo diapasão, um inquérito tem que ser feito para que possamos apurar responsabilidade e saberemos agir tanto de ponto de vista de erro de gestão ou de natureza criminal».

Por sua vez, o embaixador de Portugal referiu à crise de energia elétrica no arquipélago como o “assunto mais candente neste momento”. Luís Gaspar da Silva sublinhou que o seu país estará “sempre disponível para desenvolver todos os esforços, no sentido de apoiar São Tomé e Príncipe na resolução desse problema”.

O diplomata disse após a audiência com Jorge Bom Jesus, que o assunto não foi abordado, mas “por parte de Portugal haverá sempre toda a abertura e disponibilidade para apoiar ao máximo São Tomé, tendo em conta a importância deste assunto para toda a população”

gem de um certo número de geradores, que tendo sido objeto de manutenção há poucos meses, manifestam avarias injustificáveis”.

O Sindicato dos Trabalhadores da Empresa santomense de Água e Electricidade (SEMAE) acusou a Direção da instituição de “negligenciar” a manutenção dos grupos geradores “em tempo útil”.

O diretor-geral da EMAE, Mário Lourenço de Sousa, pôs o cargo à disposição, que foi aceite pelo executivo cessante.

Entretanto, o novo governo vai “adotar um plano B” para mitigar os efeitos do aumento de consumo de energia na quadra festiva, garantiu o primeiro-ministro.

“Teremos que adotar o plano B em termos de emergência, possivelmente com a aquisição de forma pontual de um grupo. Há alguns contactos preli-

minares que começamos a fazer na perspetiva de sermos poder e hoje somos. Portanto, vamos encontrar solução ainda para este ano, pelo menos nesta quadra festiva”, garantiu Jorge Bom Jesus, durante a sua primeira visita à Empresa de Água e Electricidade.

“Informações são preocupantes. Para uma exigência de cerca de 20 megawatts nós estamos a produzir aproximadamente 11 e não se pode dizer que haverá estabilidade durante todo este mês”.

Ainda não se sabe quando é que uma nova direção entrará em funções. “Nós queremos, de facto, que as mudanças sejam feitas em função do perfil daquilo que nós queremos e aqueles que foram contribuindo nos possam enquanto são-tomenses, enquanto patriotas, transmitir informações necessárias para que a transição

Estatutos do G.R.I.P, uma Resolução aprovada pela Assembleia Nacional

Os quadros do G.R.I.P. estão preocupados com a atualização e promulgação dos seus estatutos, para um melhor enquadramento das suas atividades. Este assunto de longa data foi abordado na audiência concedida em Fevereiro passado, pelo Presidente da República, Evaristo Carvalho, a uma delegação da instituição, chefiada pelo seu administrador, Luís Paquete d’Alva Teixeira, e integrada pelos responsáveis do Departamento Técnico, Silvério de Assunção Pereira, e do Departamento Administrativo e Financeiro, Daizi Loure.

A preocupação foi abraçada pelo chefe do Estado, que no seu ver, tudo o que prima pela transparência é bem-vindo. O país só sairá a ganhar com a transparência, visto que um dos primeiros frutos da mesma é a paz com todos os benefícios que lhe acompanha



noutros sectores, como indústria, turismo e comércio, para citar alguns exemplos.

Evaristo de Carvalho falou do histórico da energia no país, realçando que “a transparência deveria ir mais além do sector do petróleo”. Sugeriu que o G.R.I.P. deve dar a sua contribuição no

downstream, além do *upstream* e *middlestream*, todos atinentes à indústria petrolífera, como está plasmado nos novos estatutos da Agência Nacional do Petróleo 🇳🇵

O projeto eGRIP no centro do encontro entre o novo administrador e os ex-presidentes das Câmaras Distritais de Mé-Zochi e Água Grande

O administrador do G.R.I.P., Luís Paquete D'Alva Teixeira, que se fez acompanhar dos chefes dos departamentos Técnico, Administrativo e Financeiro, foram recebidos em audiência em finais de Fevereiro, pelos ex-presidentes das Câmaras Distritais de Mé-Zochi, Isabel Domingos e de Água Grande, Ekiney dos Santos.

O objetivo foi apresentar o novo Administrador do sector e falar sobre alguns projetos em curso, entre os quais o eGRIP que já se encontra parcialmente em execução. Daí que convencionou-se chamar a fase da sua conclusão de eGRIP2.

Esse projeto consiste em tornar a transparência mais abrangente possível. O GRIP, através dos seus parceiros, irá disponibilizar terminais em todos os distritos com todas as informações petrolíferas disponíveis aos utentes e curiosos.

Também se fez saber que o grande "handicap" é o financiamento para se colocar os terminais em todos os distritos do país. Expedientes foram feitos junto ao Secretariado Permanente de EITI, que se disponibilizou em apoiar o Gabinete com dois PCs, que se preten-

de colocar em regiões mais longínquas, ou seja, nos distritos de Caué e Lembá mas, até o momento, ainda não foi concretizado.

O projeto prevê ainda disponibilizar outros dois terminais para as universidades, um para uma unidade pública, outro para uma entidade privada; locais onde se cultiva o saber por excelência, tendo em conta a distribuição criteriosa do princípio de difusão.

Na audiência foi igualmente foi expressada a preocupação do G.R.I.P. com relação à sua sede. A instituição se encontra instalada numa única sala da Biblioteca Nacional, com divisões temporárias.

A presidenta da Câmara Distrital de Mé-Zochi agradeceu a visita, felicitou o novo Administrador e disse estar totalmente aberta ao projeto, enaltecendo a importância do mesmo para o país e o papel que poderá vir a desempenhar na sociedade.

O então Presidente da Câmara Distrital de Água Grande, por sua vez, felicitou o novo Administrador, dando-lhe boas vindas ao cargo. No que toca a uma nova sede, sugeriu a possibilidade de uma construção de raiz, após um

inventário de locais possíveis para albergar o Gabinete.

Ekiney dos Santos manifestou bastante interesse no projeto eGRIP2 e prometeu disponibilizar terminais aplicáveis no distrito que dirigia. Ou seja, a Câmara Distrital de Água Grande iria disponibilizar PCs em linha e as respetivas localizações, para depois o GRIP instalar a base de dados, bem como capacitar os elementos da Câmara que irão operar a base de dados.

O GRIP agradeceu pela disponibilização dos PCs e pessoal para lidar com a base de dados do eGRIP2.

O autarca também considerou que a criação dessa instituição foi uma decisão acertada por parte do Estado são-tomense, na medida em que a transparência só contribui para a boa imagem do país, sem contar com os inúmeros benefícios que irá trazer para o país no setor petrolífero



G.R.I.P mostrou interesse em fazer parte do Conselho Ministerial Conjunto

O G.R.I.P. está interessado em fazer parte do Conselho Ministerial Conjunto, mesmo como simples observador. A finalidade é, através deste mecanismo, obter informações que permitam criar transparência no setor petrolífero no âmbito da Autoridade Conjunta (JDA).

O interesse foi manifestado numa audiência concedida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, Urbino Botelho, ao atual Administrador do GRIP, Luís Paquete d'Alva Tei-

xeira e os seus colaboradores.

Esta pretensão foi abordada com quase todas as representações e autoridades nacionais a que o G.R.I.P. teve acesso.

Desde a sua criação, o Gabinete nunca conseguiu informações sobre o negócio do petróleo na Autoridade Conjunta. As justificações apresentadas, até então, não condizem com as leis sobre a Transparência n.º 8/2004 e n.º 11/2007.

G.R.I.P. é uma instituição vocaciona-

da a esclarecer todos os utentes sobre a matéria de transparência no setor petrolífero. A falta de informações sobre as atividades na Zona de Desenvolvimento Conjunto constitui uma verdadeira frustração para os funcionários do Gabinete.

Na ocasião, o governante prometeu que na medida do possível irá encontrar mecanismos que possam permitir ao G.R.I.P. dispor dessas informações. «Se o Estado criou o G.R.I.P. para colaborar na transparência, é natural que coopere com o mesmo, no sentido de

CONSULTE O NOSSO SITE

WWW.GRIP.ST

Guiné Equatorial interessada na criação de uma empresa mista com São Tomé e Príncipe para exploração conjunta de petróleo

Guiné Equatorial interessada na criação de uma empresa mista com São Tomé e Príncipe para exploração conjunta de petróleo na área fronteiriça

A Guiné Equatorial manifestou “disponibilidade para materializar”, nos próximos quatro anos, com São Tomé e Príncipe, uma proposta do presidente equato-guineense de criação de uma empresa mista de exploração petrolífera na fronteira entre os dois países. O assunto foi abordado entre o embaixador do país vizinho e o primeiro-ministro santomense.

«É um tema que temos sobre a mesa. Temos que trabalhar para a materialização dessa iniciativa», disse a jornalista o embaixador Paulino Ekobo Bololo, no final de um “encontro de cortesia” e para felicitar Jorge Bom Jesus pela nomeação no novo cargo.

O diplomata equato-guineense disse que “é possível” executar este projeto ainda nesta legislatura “porque se trata de um assunto muito importante”. Parafraseou o presidente Obiang, ao reafirmar que “a Guiné Equatorial está aberta para partilhar a sua experiência na área de petróleo e está sempre disposto a trabalhar com São Tomé e Príncipe nesse domínio”.



Em outubro de 2015 o presidente da Guiné Equatorial, durante uma visita de cerca de 48 horas, propôs ao seu homólogo naquela ocasião, Manuel Pinto da Costa, a criação de uma empresa mista São Tomé e Príncipe – Guiné Equatorial, para gerir e partilhar os recursos que virão da futura exploração de uma “grande bolsa de petróleo”, que existe na fronteira marítima entre os dois países.

«Eu proponho que possamos procurar empresas que nos possam ajudar a explorar o petróleo que está na zona comum. Podemos criar uma empresa mista São Tomé e Príncipe – Guiné Equatorial para partilhar a produção desta grande bolsa que está na nossa

fronteira comum», referiu naquela altura.

«A Guiné Equatorial está aberta e pensamos que São Tomé e Príncipe também», disse Paulino Bololo.

O embaixador da Guiné Equatorial, que é o decano dos embaixadores residentes na capital são-tomense manifestou ainda a “disponibilidade” do seu país em

“trabalhar para a materialização dos acordos” já assinados e a “exploração de novas áreas de cooperação”.

«Somos países amigos, países irmãos, partilhamos uma história comum, partilhamos fronteiras. Por isso, é importante que trabalhemos juntos para aproveitar as nossas capacidades e experiências para encontrarmos soluções aos problemas comuns que temos em benefício dos nossos dois povos», referiu.

No âmbito da cooperação entre os dois países indicou que um acordo nas áreas de transportes aéreos e marítimos seria um passo importante para os dois países, de modo a “facilitar a comunicação entre as nossas duas ilhas e com o continente”

atingir os seus objetivos, cumprindo da melhor forma possível a sua missão», acrescentou o ministro.

Porém, a pretensão de participar nas reuniões do JMC, o Conselho Ministerial Conjunto, foi descartada, na medida em que os estatutos deste órgão conjunto não preveem a presença do G.R.I.P.

Por outro lado, existe uma paridade de representação. Tanto é que a participação de uma representação do Governo Regional tem sido um calcanhar de Aquiles. Não obstante ter sido algo já conversado, os parceiros nigerianos mostram estranheza a cada novo encontro.

Com base nesse pressuposto, o G.R.I.P. não fará parte do JMC, na medida em que a Nigéria ainda não dispõe de nenhuma instituição seme-

lhante. De recordar que o G.R.I.P. surgiu no quadro de aconselhamento das consultorias prestadas pelo Reino da Noruega que tem “uma experiência na gestão petrolífera transparente e de excelência, comparando com muitos outros países.” Assim sendo, espera-se que a JDA renovada tenha outras características, em que esteja incluída dentre elas o espírito de transparência e prestação de contas à nossa instituição como reza nos estatutos da Lei nº11/2007.

O G.R.I.P. acredita que, brevemente e com o apoio assumido pelo Ministro, irá ter nos seus arquivos todas as informações relevantes sobre a JDA, satisfazendo assim os seus utentes e clarificando a sombra que paira em muitas mentes, causada precisamente pela total falta de informação.

Tudo que o G.R.I.P. sabe sobre a JDA é o que vem nos telejornais e outras fontes comuns de informação, quando na verdade o Gabinete deveria ser uma fonte por excelência, de informações sobre aquele órgão. Ninguém entende as causas de tanta resistência daquele órgão em cooperar com a instituição criada pelo Estado são-tomense para a transparência.

Na sequência do processo de reforma da JDA, alguns utentes se dirigiram ao G.R.I.P. sem sucesso, para entender a verdadeira causa. Espera-se que num futuro próximo, as informações relacionadas com as medidas de reforma constarão nos acervos da instituição e as lições aprendidas serão de grande utilidade nesse processo petrolífero e poderão ajudar nas futuras decisões

Humanity First Deutschland apoia o G.R.I.P com computadores

G.R.I.P. foi uma das instituições beneficiárias da ajuda da Humanity First Deutschland com computadores.

Segundo o seu representante, “esta doação é o culminar de um processo que iniciamos no mês passado. Não podemos fazer tudo, mas faremos o que está ao nosso alcance, sempre de acordo com as nossas possibilidades”.

O gesto desta confissão religiosa, que vem desenvolvendo acções no país desde 2009, foi enaltecido pelos beneficiários.

Ao usar da palavra, o novo Administrador do GRIP disse que logo após a sua entrada em funções percebeu que “existem ali algumas dificuldades, pelo que me desdobrei em contactos no sentido de encontrar instrumentos que viabilizem os nossos trabalhos. Sinto-me satisfeito por conseguir em tão pouco tempo esse apoio, pelo que muito agradeço a Humanity First Deutschland, a contribuição dada para a realização deste sonho. Vou continuar a fazer tudo que estiver ao meu alcance, pela instituição”.

Representantes de outros beneficiários como a agência STP Press, Agripalma, Hospital Central, Polícia Nacional, Associação Mão Amiga igualmente agradeceram a Humanity First Deutschland e manifestaram a esperança que continue a beneficiar outras instituições que precisam



Tchiloli poderá ser candidata ao património mundial

O teatro tradicional Tchiloli poderá vir a ser em breve um património mundial. A intenção e os passos, com vista a alcançar este objetivo, estão em marcha, segundo a Maria Nazaré Ceita, Coordenadora da Comissão Nacional para a Salvaguarda do Património Imaterial e Material do país.

O anúncio foi feito no quadro do Fórum Cultural entre a China e os Países de Língua Portuguesa que se realizou no Centro de Convenções e Entretenimento da Torre de Macau.

Nazaré Ceita aproveitou a oportunidade para revelar que São Tomé e Príncipe está a trabalhar com a Secção do Património Cultural Intangível da UNESCO, no intuito de tornar real esta pretensão do seu país.

O foco principal será o teatro popular Tchiloli, que recria, a milhares de quilómetros de distância, o romance medieval europeu “Tragédia do Marquês de Mântua e do Imperador Carloto Magno”. Uma tragédia feita de ódios, calúnias, traições, paixões e conflitos



GRIP

Gabinete de Registo e Informação Pública

GRIP INFORMA

S. Tomé e Príncipe



PROMOVENDO TRANSPARÊNCIA
NO SECTOR DE PETRÓLEO EM STP

O petróleo poderá atingir os 100 dólares em 2019 e poderá atribular crescimento global, alerta a BofA

Os economistas do Bank of America preveem que o preço do crude poderá atingir os 100 dólares em 2019, o que será especialmente perturbador para economias da Zona Euro, da China, do Japão e da Índia.

Os preços do petróleo estão a acelerar nos mercados internacionais. A empresa Brent encontra-se na fase de negociação, mais uma vez, com o valor acima dos 80 dólares por barril, entusiasmado pela probabilidade das sanções dos EUA ao Irão provocarem uma quebra da oferta.

Além disso, deverão agitar as exportações do "ouro negro", a resposta "morna" da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) às exigências do presidente norte-americano.

Donald Trump pediu à OPEP que actuasse rapidamente para abrandar os preços do petróleo.

O Bank of America Merrill Lynch acredita que a subida dos preços do petróleo para os 100 dólares por barril vai martirizar o crescimento da economia mundial no próximo ano. Mais concretamente, os economistas antecipam uma redução de 0,2% no crescimento



global, caso a matéria-prima atinja aquele patamar que, é para o BofA, "facilmente alcançável".

Numa nota de análise, o Bank of America indica que as sanções ao Irão, a agitação na Venezuela e o aumento da procura provocam uma pressão ascendente sobre os preços. A subida das cotações, defende o banco, penalizará o crescimento da Zona Euro, Reino Unido e Japão, enquanto a subida da produção de energia nos Estados Unidos, Austrália e Brasil ajudará a amortecer o impacto negativo na economia mundial.

Segundo os economistas do Bank of America, Ethan Harris e Aditya Bhave, o dólar será um factor

determinante. Um dólar mais forte alteraria ainda mais os resultados, com os importadores de petróleo a sofrerem e os produtores a beneficiarem; mas uma moeda dos EUA mais fraca faria o papel de equalizador.

Os economistas antecipam que os preços elevados do petróleo parecem ser inevitáveis e que os 100 dólares por barril são facilmente alcançáveis, considerando que "colocaríamos um choque do petróleo entre as três principais preocupações do próximo ano, juntamente com as guerras comerciais".

De acordo com a nota de análise do BofA, enquanto o aumento da produção de petróleo de xisto nos Estados Unidos protegerá o país dos riscos associados à subida dos preços da matéria-prima, a Zona Euro, o Japão, a China e a Índia serão fortemente penalizados.

O petróleo nos 100 dólares pode tirar 0,2% ao crescimento global em 2019. Não sendo para os economistas um grande impacto "mas também não é negligenciável"



morais, que apaixonam o público, mas também os actores, que se entregam e encarnam de forma notável as personagens.

As autoridades são-tomenses garantiram que está em curso um inventário dos locais e fenómenos culturais passíveis de protecção, como é o caso do bairro da Boa Morte, nos arredores da cidade

capital. Dos vários grupos que actualmente representam o Tchiloli em São Tomé e Príncipe, "A Formiguinha da Boa Morte" é o mais antigo. Foi constituído a 21 de janeiro de 1956.

O Fórum Cultural entre a China e os Países de Língua Portuguesa tem sido um espaço de promoção e

interações entre este conjunto de Estados e uma plataforma de intercâmbio e diálogo no campo cultural



GRIP

Gabinete de Registo e Informação Pública

GRIP - Gabinete de Registo e Informação Pública

S. Tomé e Príncipe



PROMOVENDO TRANSPARÊNCIA NO SECTOR DE PETRÓLEO EM STP

Boletim Informativo do GRIP

Supervisão: Luís Teixeira e Silvério Pereira

Redação: Vivalda Prazeres

Colaboração: Vanderley da Trindade, Osvaldo Pires dos Santos e Dany Afonso

Edição: Juvenal Rodrigues

Fotoimpressão: GRIP

Edição n.º 9/ Dezembro 2018

Tiragem: 100 exemplares

e-mail: inf@grip.st

Assembleia Nacional

A Assembleia Nacional é o órgão tutelar do GRIP.

Este gabinete relaciona-se com diversos sectores do principal órgão legislativo da República para fins variados.

De salientar que, em caso de omissões ou não fornecimento de informações por parte de instituições detentoras das mesmas, o GRIP fará um relato à Comissão dos Assuntos Petrolíferos da Assembleia Nacional, no sentido de fazer cumprir qualquer solicitação de informações e documentos feita pelo GRIP sujeitos ao registo obrigatório em conformidade com a lei.



Gabinete de Registo e Informação Pública GRIP

- Edifício da Biblioteca Nacional, Largo Marcelo da Veiga
- C.P. 489
- Telf: 222 1 132
- fax: 222 1132
- E-mail: inf@grip.st

www.grip.st

visite-nos para saber mais sobre os dossier
petróleo em São Tomé e Príncipe.